



Em *S*ociedade

**QUEM SÃO AS FAMÍLIAS RECONSTITUÍDAS NO BRASIL? UMA
ANÁLISE A PARTIR DO CENSO DE 2010**

*Angelita Alves de Carvalho*¹

*Maria Carolina Tomas*²

*Simone Wajnman*³

¹ Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE/IBGE)

² Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

³ Universidade Federal de Minas Gerais



Resumo

Este trabalho analisa o perfil das famílias brasileiras reconstituídas, com a presença de filhos, e as compara com as famílias intactas e as famílias monoparentais, a partir dos dados censitários do ano de 2010. As dimensões analisadas são: 1) características dos pais: educação, idade e renda, 2) tipo de união: consensual ou casamento formal, 3) localização do domicílio (urbano/rural; grandes regiões) e, por fim, 4) características dos filhos: sexo e idade. Os resultados apontam que as famílias não intactas estão mais presentes na área urbana do que na rural, e que as com o pai e a presença de madrasta são as com melhores condições socioeconômicas, seguidas das com ambos os pais presentes no domicílio.

Palavras-chave: Famílias reconstituídas. Arranjos familiares. Censo Brasileiro 2010.

Abstract

This paper compares the profile of the blended families with at least one child to intact and single families, using 2010 Brazilian Census Data. We considered the following dimensions for the comparison: 1) parents' characteristics (education, age, and income); 2) type of union: cohabitation or marriage; 3) household localization (urban/rural, regions) and, 4) children characteristics: gender and age. The results showed that nonintact families are more prevalent in urban areas than in rural areas and that families with the father and a stepmom is the one with the best socioeconomic conditions, followed by intact families.

Keywords: Reconstituted families. Family arrangements. Brazilian Census 2010.

1. INTRODUÇÃO

Cada vez mais, família não significa apenas pai, mãe e filhos. O arranjo familiar tem se modificado ao longo do tempo. De um lado, há o aumento da expectativa de vida e a queda na fecundidade, que mudam a configuração das famílias com a presença de diferentes gerações em um mesmo domicílio e a diminuição do tamanho das gerações mais novas. Além disso, assiste-se à diminuição do patriarcado (redução do poder paterno e do marido) e à revolução sexual. Se, por um lado, esperava-se que as mudanças levassem ao fim da família, o que se observa é que ela está cada vez mais complexa, abarcando novas configurações, até aquelas que, anteriormente, eram percebidas como raras e marginais. Entre estas, têm-se as famílias de dupla carreira, os casais sem filhos, aqueles com filho único, com os domicílios unipessoais, os casais na fase do “ninho vazio” e os casais de mesmo sexo. Por outro lado, há o aumento no número de divórcios e recasamentos, o que eleva o número de filhos convivendo com madrastas e padrastos (famílias reconstituídas), ou em famílias com apenas um dos pais presente. Uma complexidade que não está livre de contradições e conflitos, mas



que está longe de se constituir uma ameaça fatal para a instituição familiar (THERBORN, 2006).

Lesthaeghe (1998) e Van de Kaa (1987) relacionam estes eventos a uma segunda transição demográfica. Para os autores, as mudanças de atitudes em relação à vida familiar foram impulsionadas por alterações profundas nos valores culturais. E assim, a formação e a dissolução de parcerias se orientam por noções de autonomia, de independência econômica feminina e de satisfação pessoal. O casamento passa a ser motivado por escolhas individuais e seu desenvolvimento um projeto discutido e negociado a dois, enquanto que o divórcio e as coabitações representam alternativas socialmente aceitáveis.

Nesse cenário, tanto adultos quanto crianças têm experimentado cada vez mais diferentes transições familiares e, por conseguinte, vivido em diferentes arranjos familiares. Esta constatação leva a uma preocupação: a instabilidade das relações coloca as mulheres e as crianças em uma situação de vulnerabilidade, no âmbito econômico e emocional? Isso, porque as uniões consensuais, no contexto latino americano, apresentam desvantagens que afetam diretamente o desenvolvimento das crianças, quais sejam: grande parte das famílias está excluída da proteção social ou de direitos. Além disso, em muitas situações, os mecanismos socioculturais atribuem ao casal que coabita uma imagem social inferior ou diferenciada daquela dos casados; e uma visão de menor comprometimento com a união, e talvez com a prole, o que produziria a sensação de instabilidade e fragilidade do vínculo (RODRIGUEZ, 2005; OLÁH, 2001).

Segundo Marcondes (2008), diferentemente das reconstituições familiares por viuvez, aquelas formadas por pessoas separadas e divorciadas envolvem, teoricamente, o estabelecimento de uma rede complexa de relações de parentesco e aliança. Por essa razão, um consenso encontrado na literatura diz respeito ao caráter extremamente conflituoso e ambíguo das relações entre novos parceiros, filhos, enteados e ex-parceiros. Por isso, cada vez mais, investe-se no estudo do impacto das separações e dos recasamentos na vida familiar e nas redes de parentesco, especialmente na reorganização que esses eventos promovem na vida estrutural e emocional das pessoas envolvidas.

No Brasil, pouco se sabe sobre essas transformações, tendo em vista a falta de dados (MIRANDA-RIBEIRO, 1993; PORRECA, 2004; RIBEIRO, 2005; MARCONDES, 2008), pois, até 2010, essa temática só poderia ser estudada a partir do Registro Civil, o qual se



limitava a identificar casamentos e divórcios ou com o suplemento da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios Contínua, a PNAD, de 1984, em que era possível analisar a história de casamento, mas faltava a constituição da família de forma mais detalhada. Com o Censo Demográfico de 2010, análises mais detalhadas sobre arranjos familiares tornaram-se possíveis para esse período, já que foram coletadas informações mais detalhadas sobre os familiares residentes, permitindo identificar, por exemplo, madrastas, padrastos e enteados.

Além disso, Coleman *et al.* (2000) argumentam ser preciso explorar ainda mais os aspectos que levam à formação e em que bases são mantidas as relações no interior das famílias reconstituídas. Devem-se investigar os diferenciais de classe, gênero e etnia, pois os estudos permanecem genéricos, comparando apenas famílias intactas com famílias reconstituídas. Para os autores, faz-se necessário ampliar a quantidade de pesquisas e a variabilidade de temáticas, para que seja possível avaliar as condições deste tipo de família.

Nesse sentido, este trabalho traça o perfil das famílias reconstituídas brasileiras e as compara com as famílias intactas e as monoparentais, a partir do olhar dos filhos para os pais, utilizando dados censitários. As dimensões analisadas são: 1) características dos pais: educação, idade e renda, 2) tipo de união: consensual ou casamento formal, 3) localização do domicílio: urbano/rural; grandes regiões e, por fim, 4) características dos filhos: sexo e idade.

2. QUESTÕES CONCEITUAIS

Até o início do século XX, as famílias reconstituídas eram, majoritariamente, resultado de um novo casamento devido à morte de um dos cônjuges. Contudo, atualmente, o papel do divórcio cresceu e, a partir disso, nascem outros filhos e relações familiares (GRYSARD FILHO, 2007). Essas novas configurações familiares decorrem de inúmeros fatores, tais como o aumento no número de divórcios e recasamentos, o aumento da idade ao casar e as mudanças culturais e sociais, como a maior aceitação do recasamento e da coabitação.

O estudo realizado por Pew (2010), para os Estados Unidos, mostrou que 40% das famílias biparentais com filhos, neste país, eram de famílias reconstituídas, ou seja, em que pelo menos um dos parceiros teve um filho de um relacionamento anterior ao casamento. Isso significa que um terço de todos os casamentos nos Estados Unidos tinha a presença de um padrasto ou de uma madrasta.



Na pesquisa de Parker (2011), ficou claro que 42% da população adulta têm pelo menos um “meio membro” familiar, dos quais podem ser um padrasto, um meio-irmão ou um enteado, entre outras possibilidades. Da população adulta, 15% dos homens são padrastos e 12% das mulheres são madrastas. Estima-se que um terço das crianças vive em uma família com padrasto antes da idade de 18 anos e 50% terão um padrasto em algum momento de sua vida. Segundo a *Stepfamily Foundation*, 1300 novas famílias reconstituídas são formadas todos os dias nos Estados Unidos.

Esse expressivo aumento das famílias reconstituídas também é percebido nos países europeus. Na Inglaterra, um em cada três casamentos constitui um novo matrimônio e $\frac{1}{4}$ das crianças cresce com um padrasto ou madrasta. Na Alemanha, 40% das mães se casam com outro homem que não é o pai dos seus filhos. Na Itália, 70 a 80% dos divorciados voltam a se casar (GROSMAN; ALCORTA, 2000)

Na América Latina, isso não tem sido diferente. As taxas brutas de divórcio mais elevadas são observadas em Cuba (3,5), Costa Rica (2,0) e Uruguai (2,0) (THERBORN, 2006). Para o Brasil, Marcondes (2008) mostra que desde meados dos anos de 1980, a taxa bruta de nupcialidade decresce e as de divórcio e separação judicial se elevam. No que diz respeito, particularmente, às Taxas Brutas de Divórcio e de Separação Judicial, a tendência foi de aumento constante nas três últimas décadas. Os dados do Registro Civil mostram que, desde o início dos anos de 1980, há um aumento constante nas proporções relativas de casamentos formais de divorciados no país. Essas uniões correspondiam a 5% do total de registros de casamentos realizados no ano de 1984, representando cerca de 15% do total registrado em 2006. Os maiores percentuais se referem a casamentos entre homens divorciados e mulheres solteiras, seguidos, em menor proporção, pelas uniões entre mulheres divorciadas e homens solteiros.

O estudo de Marcondes (2008) aponta que mais da metade dos recasamentos formais que acontecem por ano envolve um homem viúvo ou divorciado. Proporcionalmente, em primeiro lugar, estão os casamentos realizados entre homens divorciados e mulheres solteiras. Em segundo, com proporções menores, estão as mulheres divorciadas com homens solteiros e entre homens e mulheres divorciados. A autora ainda mostra que em decorrência do aumento progressivo no número de divórcios, a taxa para cada 1.000 pessoas casadas no ano de 2000 foi cinco vezes maior do que em 1980, não havendo diferenças entre as taxas de divórcio de



homens e mulheres. O cálculo do índice de recasamento para divorciados e viúvos demonstra disparidade entre homens e mulheres no que diz respeito à entrada em um novo casamento formalizado. A autora ainda revela, a partir de outros estudos, que as segundas uniões tendem a ser do tipo consensual e os homens tendem a se recasar mais do que as mulheres. Ressalta-se que existem três aspectos que contribuem negativamente para a ocorrência do recasamento feminino: a idade e a escolaridade das mulheres, o fato de elas ficarem com os filhos depois da separação e a maior exigência feminina por relações mais igualitárias (OLIVEIRA, 1998).

Nesse sentido, a partir desses dados estatísticos, sabe-se que cada vez mais filhos crescem em lares reconstituídos. Segundo Grysard Filho (2007), uma família reconstituída é a estrutura familiar originada do casamento ou da união estável de um casal, na qual um de seus membros (ou ambos) tem (têm) um ou vários filhos de uma relação anterior. Numa formulação mais sintética, é a família na qual ao menos um dos adultos é um padrasto ou uma madrasta, o que implica a fusão de duas famílias com características e modos de se relacionar distintos e é estabelecido um novo relacionamento, no qual circulam filhos de outro precedente.

Guimarães (1998) afirma ser um novo tipo de família extensa, com novos laços de parentesco e uma variedade de pessoas exercendo praticamente a mesma função, como, por exemplo, duas mães, dois pais, meios-irmãos, várias avós e assim por diante, de maneira que se compõe uma rede social cada vez mais complexa, com novas relações de poder e de gênero, com tendência a uma maior horizontalidade nas relações, assim como decisões mais explicitadas e desveladas.

3. DADOS E MÉTODOS

Os dados utilizados são provenientes do Censo Demográfico de 2010. Esta é a primeira vez, no Brasil, que é possível identificar, via relação com o responsável do domicílio¹ e seu cônjuge², relações familiares de famílias reconstituídas, especialmente a presença de padrastos, madrastas e enteados. Ressalta-se que foram consideradas apenas as

¹ A definição de Pessoa responsável pelo domicílio é a pessoa (homem ou mulher), de 10 anos ou mais de idade, reconhecida pelos moradores como responsável pela unidade domiciliar. Vale ressaltar que no Censo Demográfico de 2010 foi possível relatar que mais de um indivíduo é responsável pelo domicílio, mas na lista de moradores foi considerado apenas um e todas as pessoas se referem a ele. Ressalta-se que essa definição é influenciada por diferentes fatores e que depende de quem a responde (TOMÁS, 2013).

² Como por exemplo, a identificação de filhos ou netos de ambos ou apenas de um dos dois, o que possibilita a análise das famílias reconstituídas.



famílias que têm filhos e/ou enteados, tendo em vista o foco do trabalho, mas os dados possibilitam a análise de outros arranjos familiares.

Optou-se por nomear de famílias intactas, aquelas em que tanto a pessoa de referência, quanto seu cônjuge são pais dos filhos presentes no domicílio, tanto para diferenciar das famílias reconstituídas, quanto para não incorrer na ideia de filhos biológicos, tendo em vista que os pais podem ser adotivos. Da mesma forma, não é possível dizer que mães e pais em famílias monoparentais vivem sozinhos com seus filhos, já que pode haver presença de outros parentes no domicílio.

Apesar do avanço metodológico pela inclusão dessas informações, ainda existem algumas limitações quando se trata do estudo das famílias reconstituídas. Ainda não é possível saber, por exemplo, quando o casal se constituiu e o estado civil anterior dos pais e, portanto, não se pode saber em qual momento da transição se encontra a família. O conceito de família utilizado se limita tanto pela coresidência, quanto pelo período analisado, ou seja, filhos que residem fora do domicílio não são considerados na análise. Essas limitações tendem a ser maiores na atualidade, em que há taxas crescentes de divórcios (TOMÁS, 2013).

Este trabalho utiliza da estatística descritiva para traçar o perfil das famílias reconstituídas brasileiras e o compara com o perfil das famílias intactas e das famílias monoparentais. As dimensões analisadas são: 1) características dos pais, 2) tipo de união e 3) características do domicílio e 4) características dos filhos.

4. RESULTADOS

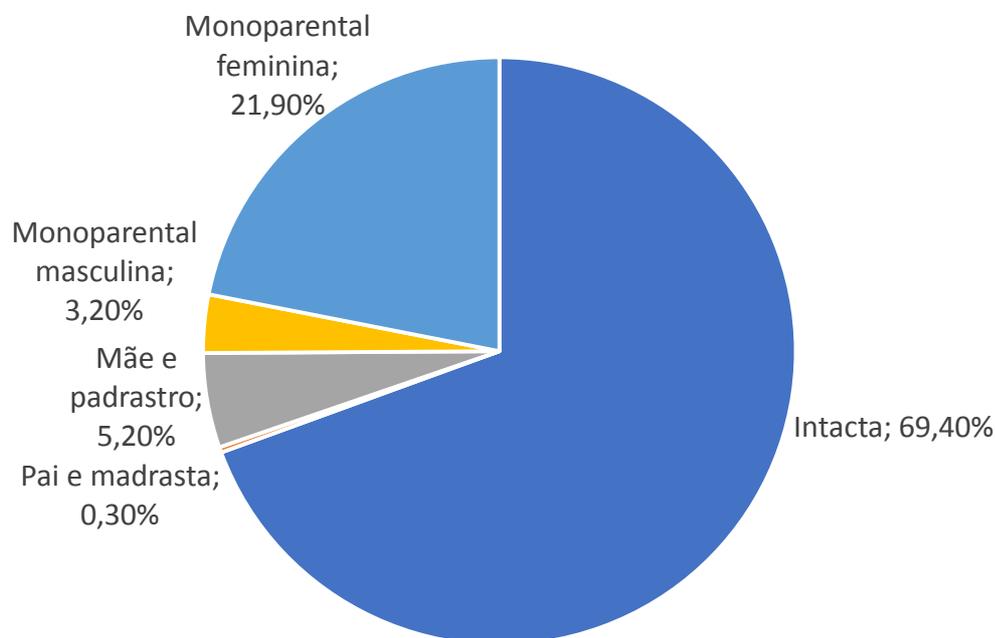
A amostra final é de 1.905.456 domicílios com filhos, o que significa que foram incluídas todas as famílias com pelo menos um filho em relação ao chefe ou ao cônjuge do domicílio. A maioria das pessoas classificadas como filhos (69,4%) vivem em famílias intactas, 21% vivem apenas com a mãe, seguido de 5,2% que vivem com a mãe e o padrasto, e 3,2% vivem apenas com o seu pai. Um tipo de família pouco representativa (apenas 0,3% do total) é aquele do pai com a madrasta (Gráfico 1). Portanto, cerca de 75% dos filhos vivem em famílias biparentais, sendo sua maioria em famílias intactas (92,66%). Esses resultados são similares aos de outros estudos (i.e.: WAJNMAN, 2012) que mostram que, no Brasil, ainda há um predomínio de famílias nucleares. E, em caso de divórcio, os filhos



tradicionalmente ficam com suas mães, formando famílias monoparentais femininas ou reconstituídas com maior proporção de presença de padrasto do que madrasta.

Embora possa parecer contraditório, há maior presença de casais com mães e padrastos do que o contrário, tendo em vista que os homens têm maior probabilidade de se recasarem do que as mulheres (MARCONDES, 2008), há de se ressaltar dois aspectos: 1) a maioria dos recasamentos masculinos é com mulheres solteiras, ou seja, aquelas que têm menor probabilidade de terem filhos e, se nenhum dos dois tiver filhos residindo com eles, essa família está excluída da análise e 2) o fato dos homens recasados não morarem com seus filhos não significa que eles não os tenham, ou seja, a menor presença de pais em famílias reconstituídas não significa ausência de filhos anteriores à relação, essa é também uma limitação dos dados, tendo em vista que o Censo Demográfico apenas identifica relações de parentesco de pessoas que residem no mesmo domicílio.

Gráfico 1 - Distribuição dos tipos de famílias com filhos, Brasil 2010

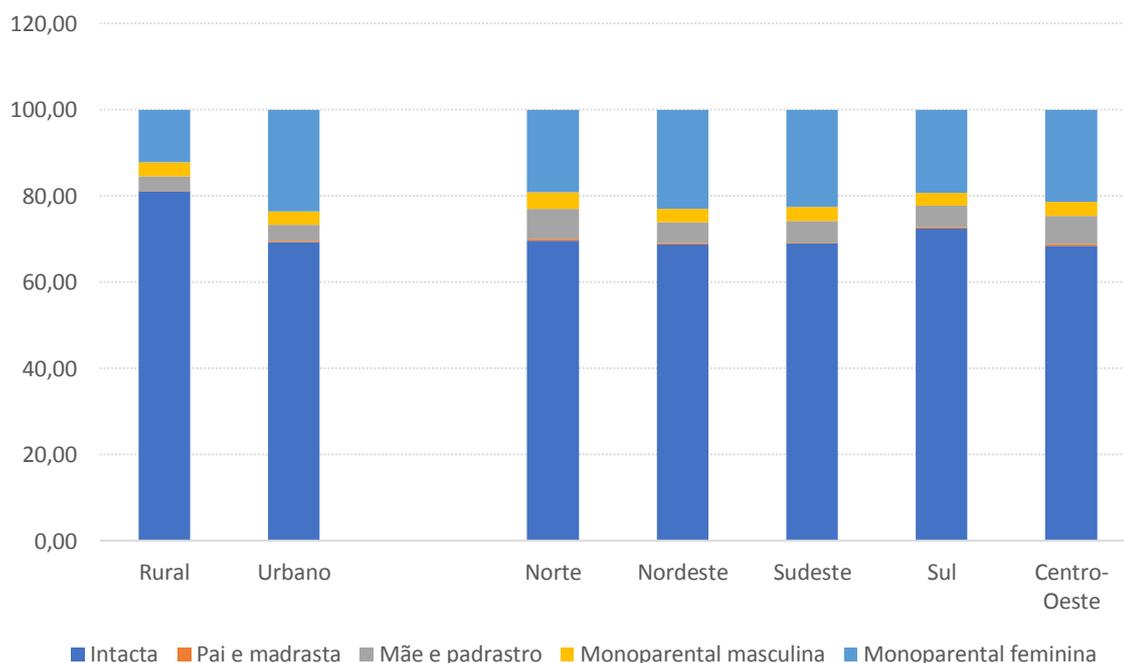


Fonte: Censo Demográfico de 2010.



O Gráfico 2 apresenta a distribuição dessas famílias pelo país e observa-se que as famílias não intactas são mais comuns nas áreas urbanas do que nas rurais. A distribuição por região geográfica do país é muito semelhante ao do país como um todo. O Sul apresenta a maior proporção de famílias intactas (72,5%), em contraste com o Centro-Oeste que tem 68% das famílias neste tipo arranjo. O Norte e o Centro-Oeste são as regiões que apresentam a maior proporção de famílias com padrastos. Já as famílias monoparentais femininas são mais comuns nas regiões Nordeste e Sudeste. Vale ressaltar que, entre as famílias monoparentais femininas, há tanto o caso de mães adolescentes sem a presença dos pais das crianças, quanto o grupo de mães divorciadas, mais velhas, vivendo com seus filhos, o que é possível de ser observado na tabela 1 através da média de idade dos pais.

Gráfico 2 – Distribuição dos tipos de famílias segundo situação de domicílio e região geográfica, Brasil 2010



Fonte: Censo Demográfico, 2010.

A média de idade dos pais nos diferentes tipos de arranjos mostra-se pouco divergente (Tabela 1). As famílias com apenas um dos pais são aquelas em que os pais, seja a mãe ou o pai, apresentam a maior média de idade (50 e 56 anos, respectivamente). As famílias



reconstituídas apresentam as menores médias de idade dos cônjuges, especialmente aquelas formadas pela mãe com o padrasto, em que as mulheres têm em média 36 anos e os homens 40 anos, reforçando a hipótese de que a maior parte dos recasamentos é entre homens mais velhos e mulheres mais jovens. Além disso, vale ressaltar que as famílias monoparentais femininas são compostas por mulheres com idade média de 50 anos. Isso se deve, principalmente, à estrutura dos dados, em que a identificação dos filhos se deu pela relação com a pessoa de referência do domicílio, dessa forma, mães adolescentes que ainda residem com os pais não são identificadas como uma família separada, já que seu filho é identificado como neto da pessoa de referência. Embora essa seja uma condição comum, não foi o foco do trabalho identificar domicílios com mais de uma família, sendo que o conceito utilizado foi a partir da pessoa de referência.

Tabela 1 – Média de idade dos pais segundo tipos de família e sexo, Brasil 2010

Tipos de famílias	Pai	Mãe
Intacta	44,05	40,30
Pai e madrasta	42,52	38,23
Mãe e padrasto	40,10	36,33
Monoparental masculina	55,70	
Monoparental feminina		50,37

Fonte: Censo Demográfico, 2010.

Na tabela 2, analisa-se o tipo de união dos casais por tipo de família. Observa-se que aquelas em famílias intactas são as que têm menor proporção vivendo em união consensual (em torno de 30%), sendo que a maioria deles vive em união formal. As famílias reconstituídas são aquelas que, como esperado, apresentam os maiores percentuais em união consensual, em especial, aquelas com a presença da mãe e do padrasto (74% delas vivem em união consensual). Isto ocorre porque homens e mulheres separados tendem a coabitar com novos parceiros (RIBEIRO, 2005; PORRECA, 2004). Além disso, como mostrado por Marcondes (2008), há um número elevado de separações judiciais, o que significa que ainda há um número considerável de descasados que voltam para o mercado matrimonial, impossibilitados de formalizar novas uniões. Isso torna a coabitação a única opção para a constituição de uma nova família.



Com relação à união inter-racial, observa-se ainda na tabela 2, que seu percentual é similar aos tipos de família, sendo ligeiramente menor entre as famílias intactas. Vale ressaltar que uniões consensuais e inter-raciais estão relacionadas, como mostraram Longo e Miranda-Ribeiro (2011), já que as autoras, analisando dados do Censo de 2000, encontraram que essas uniões são mais comuns em uniões consensuais.

Tabela 2 – Distribuição dos tipos de família segundo união consensual e inter-racial, Brasil 2010

União consensual	
Intacta	31,36
Pai e madrasta	71,96
Mãe e padrastro	74,17
União inter-racial	
Intacta	30,76
Pai e madrasta	37,04
Mãe e padrastro	38,79

Fonte: Censo Demográfico 2010.

A tabela 3 apresenta algumas características dos pais em diferentes arranjos familiares. Em relação à raça/cor dos pais, nota-se que as famílias reconstituídas apresentam os maiores percentuais de pais da raça/cor preta e parda. As famílias intactas são aquelas que apresentam os maiores percentuais de brancos. Quanto ao fato de os pais não trabalharem, nota-se que o maior percentual entre os homens está entre os pais em arranjos monoparentais (42,13% não trabalham); entre as mulheres, o percentual das que não trabalham é similar entre os arranjos familiares, por volta de 50%, sendo um pouco menor entre as madrastas (44,11%) e ligeiramente maior entre as mães em famílias intactas (51,01%). Por outro lado, o maior percentual de pais que responderam que trabalham fora de casa são os padrastos (84,2% trabalham) e as madrastas (55,9% trabalham), ou seja, entre as famílias reconstituídas. O nível educacional dos pais é menor entre os padrastos e entre as mulheres em arranjos monoparentais (42% e 41% tem menos que o ensino fundamental, respectivamente). O arranjo com o melhor nível educacional dos pais é o das famílias intactas.

**Tabela 3 – Distribuição dos tipos de famílias segundo características dos pais, Brasil 2010**

Características os pais	Família intacta		Pai e madrasta		Mãe e padrasto		Monoparental masc	Monoparental feminina
	pai	Mãe	pai	Madrasta	Padrasto	mãe		
Raça/cor								
Branca	48,08	49,23	38,06	38,74	40,65	40,27	44,56	45,69
Preta	8,68	6,84	13,03	11,51	12,02	8,82	10,93	10,22
Indígena	0,4	0,41	0,43	0,7	0,39	0,38	0,44	0,38
Amarela	1,06	1,24	0,7	1,02	0,95	1,05	1,25	1,22
Parda	41,77	42,29	47,78	48,03	45,98	49,48	42,83	42,49
Trabalho								
Não	20,64	51,01	17,88	44,11	15,83	49,34	42,13	49,72
Sim	79,36	48,99	82,12	55,89	84,17	50,66	57,87	50,28
Educação								
Menor que o fundamental	37,18	32,22	42,41	34,36	37,98	34,27	41,14	41,14
Fundamental completo	28,74	29,66	32,29	33,93	33,12	36,83	26,74	26,74
Ensino médio completo	24,73	27,22	20,66	23,89	23,21	23,54	22,48	22,48
Ensino superior completo	9,35	10,9	4,64	7,82	5,69	5,36	9,64	9,63

Fonte: Censo Demográfico 2010.

Por fim, segue a tabela 4, que informa para cada tipo de arranjo familiar a média de renda domiciliar total, ou seja, a renda de todos os membros do domicílio considerando todas as fontes, ou seja, inclui a renda de outros parentes, do(s) filho(s) que trabalham e renda de outras fontes do domicílio. A maior renda média mensal está nos arranjos compostos apenas pelo pai, seguido do arranjo de pai e mãe presentes. Por outro lado, aqueles com menor renda são as famílias reconstituídas, em que, apesar de existir dois adultos, o rendimento destes é inferior ao da família composta por apenas a mãe. Esse resultado pode indicar a importância de outros parentes no domicílio. Além disso, as famílias monoparentais femininas são aquelas com idade média mais elevada, ou seja, são mulheres que trabalham e que já não estão no início da carreira, com maior estabilidade.

Tabela 4 - Média de renda mensal e per capita por tipo de família, Brasil 2010

Tipo de família	Renda do domicílio (R\$)	Renda per capita (R\$)
Intacta	1258,24	301,19
Pai e madrasta	1078,87	224,63
Mãe e padrasto	1070,97	250,86
Monoparental masculina	1285,87	424,73
Monoparental feminina	1249,47	302,55
Total		

Fonte: Censo Demográfico, 2010.

Em relação às informações dos filhos dessas famílias, observa-se que as com filhos



com a menor média de idade são os de famílias intactas, seguidos daquelas com a presença de padrasto e madrasta. Por outro lado, a idade média dos filhos das famílias monoparentais é mais elevada, especialmente das filhas que moram com os pais. Isso pode ser um indicativo que famílias intactas são mais jovens, ou tem menos tempo de relacionamento.

Tabela 5 - Percentual de filhos e idade média destes segundo sexo e tipo de família, Brasil 2010.

Tipos de famílias	Filho		Filha	
	Percentual	Idade média	Percentual	Idade média
Intacta	52,5%	14,61	47,5%	14,05
Pai e madrasta	59,9%	16,02	40,1%	14,53
Mãe e padrasto	51,6%	14,56	48,4%	13,70
Monoparental Masculina	52,6%	23,18	47,4%	27,26
Monoparental Feminina	50,4%	22,68	49,6%	22,73
Total	52,0%	16,31	48,0%	16,06

Fonte: Censo Demográfico 2010.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do Censo Demográfico Brasileiro de 2010, abre-se a possibilidade, pela primeira vez, de se analisar de forma mais detalhada os arranjos familiares no país. Trata-se da primeira vez que se identifica em uma pesquisa domiciliar, de cobertura nacional, a presença de madrasta ou padrasto e de enteados nos domicílios. Sendo assim, a proposta deste artigo foi apresentar o perfil das famílias reconstituídas em comparação às famílias monoparentais e às intactas. Vale ressaltar que o foco foi o arranjo em que vivem os filhos e filhas dos responsáveis pelo domicílio e seus cônjuges, limitando tanto o conceito de família, como se restringindo a uma família por domicílio, mesmo reconhecendo que há outros arranjos que merecem ser estudados. Ademais, destaca-se que o fato de madrastas e padrastos não residirem com seus filhos, não significa a ausência deles, já que eles podem residir em outra habitação. O principal interesse desse mapeamento é o crescente interesse nos resultados das crianças em diferentes tipos de famílias.

Observa-se que a maioria dos arranjos é de famílias com a presença dos dois pais, seguido do monoparental feminina. Entre as famílias reconstituídas, a maioria é formada pela mãe e o padrasto. Essa distribuição se deve, em grande medida, à maior probabilidade de os filhos permanecerem com as mães em casos de separação, além de maior dificuldade das



mulheres com filhos se casarem.

Os resultados indicam que as famílias com padrastos/madrastas têm uma estrutura diferenciada, no que diz respeito às características dos cônjuges, os quais são mais jovens, estão mais inseridos no mercado de trabalho, estão em sua maioria em uniões consensuais e possuem filhos mais novos do que as monoparentais, ou seja, de alguma forma esses arranjos possuem uma dinâmica diferente que merece ser investigada, dentro da ótica das mudanças que estão ocorrendo no seio das famílias. Vale ressaltar que essas peculiaridades não indicam, necessariamente, piores condições socioeconômicas ou maior exposição a vulnerabilidades, pelo contrário, a família reconstituída tem, em muitos casos, uma rede social estendida, maiores recursos econômicos, ambos os responsáveis trabalhando, maior maturidade, os filhos ainda são jovens, mas com a presença de um casal mais velho, em comparação às famílias intactas. Além disso, também, têm um capital cultural (escolaridade) acima das famílias monoparentais.

Para além das características das famílias, vale ressaltar a importância de outras relações de parentescos a serem investigadas. Segundo Marcondes (2008), famílias reconstituídas por pessoas separadas ou divorciadas envolvem, muitas vezes, um conjunto complexo de relações de parentesco e alianças. E, por essa razão, um consenso encontrado na literatura diz respeito ao caráter extremamente conflituoso e ambíguo das relações entre novos parceiros, filhos, enteados e ex-parceiros.

Desse modo, abrimos um leque de oportunidades a serem exploradas com relação aos possíveis efeitos dos distintos arranjos nos resultados dos filhos, diferenciando não apenas a presença de um ou dois pais, mas ainda diferenciando as famílias bi parentais.

REFERÊNCIAS

COLEMAN, M.; GANONG, L.; FINE, M. Reinvestigating remarriage: another decade of progress. *Journal of Marriage and the Family*, v.62, n.4, USA, 2000, p.1288-1307. Disponível em <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1741-3737.2000.01288.x/pdf>. Acesso em: 17 de outubro de 2019.

GUIMARÃES, R. F. *Os recasados nas famílias reconstituídas*. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998. 170f.

GRYSARD FILHO, W. *Famílias Reconstituídas*. Novas uniões depois das separações. São



Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2007.

GROSMAN, C. P.; ALCORTA, I. *Famílias Ensambladas*. Buenos Aires: Universidad, 2000.

LESTHAEGHE, R. On theory development: applications to the study of family formation. *Population and Development Review*, v.24, n.1, New York, mar./1998, p.1-14. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2808120>. Acesso em: 17 de outubro de 2019.

MIRANDA-RIBEIRO, P. *Começar de novo: um estudo comparativo do descasamento e recasamento*. Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, 1993, 150f.

MARCONDES, G. dos S. *Refazendo famílias: as trajetórias familiares dos homens recasados*. Campinas (SP). Tese (Doutorado em Demografia) – Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008. 285 f.

OLÁH, L. S. Z. Gender and family stability: dissolution of the first parental union in Sweden and Hungary. *Demographic Research*, v.4, n.2, Germany, p.29-96, feb./2001. Disponível em: <https://www.demographic-research.org/volumes/vol4/2/default.htm>. Acesso em: 17 de outubro de 2019.

OLIVEIRA, M. C. F. A.. O Casamento e a Família na Declaração Universal dos Direitos Humanos. In: Ministério da Justiça; Secretaria Nacional de Direitos Humanos; UNESCO; Universidade de São Paulo. (org.). *Direitos Humanos no Cotidiano - Manual*. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Direitos Humanos, 1998, v. 1, p. 179-180.

PEW RESEARCH CENTER. PEW. *The Decline of Marriage And Rise of New Families*, Pew Research Center's Forum on Social and Demographic Trends Projects, Washington, D.C, November 2010.

PORRECA, W. *Famílias recompostas: casais católicos em segunda união*. Ribeirão Preto. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, 2004. 124f.

PARKE, M. *Are married parents really better for children? What research says about the effects of family structure on child well-being*. Couples and married research and Policy brief: Center for Law and Social Policy, May, 2007. Disponível em: <https://www.clasp.org/sites/default/files/public/resources-and-publications/states/0086.pdf>. Acesso em: 17 de outubro de 2019.

RIBEIRO, R. M. F. *Adoção emocional em famílias de recasamento: um estudo sobre a construção das relações afetivas entre padrastos/madrastas e seus enteados*. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005. 110f.



RODRIGUEZ, J. Cohabitação y matrimonio: disparidades en el origen y en el desempeño y sus implicaciones en materia de protección social. In: ARRIAGADA, Irma (Ed.). *Políticas hacia las familias, protección e inclusión sociales*. Santiago de Chile: CEPAL/UNFPA, 2005. p.173-199.

THERBORN, G.. *Sexo e Poder: a família no mundo 1900-2000*. São Paulo: Contexto, 2006.

TOMÁS, M. C. . Reviewing family studies: a brief comment on selected topics. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 171-198, Junho, 2013 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982013000100009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17 de outubro de 2019.

VAN DE KAA, D. J. [1987]. Europe's Second Demographic Transition. *Population Bulletin*, 42 (1), Washington, The Population Reference Bureau.

WAJNMAN, S. *Demografia das famílias e dos domicílios brasileiros*. 2012. Tese defendida em concurso para Professor Titular da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG. Belo Horizonte, 2012.